



COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO E DE CRÉDITO DO BRASIL DO AGRONEGÓCIO

Lucir Reinaldo Alves¹
Jandir Ferrera de Lima²

Resumo

Esse artigo analisa o perfil do cooperativismo agropecuário e de crédito nas regiões brasileiras que são capitaneadas pela produção agropecuária. A metodologia utilizada foi análise descritiva, crítica e interpretativa, com o cruzamento de dados estatísticos sobre a dispersão espacial das cooperativas agropecuárias e de crédito no espaço regional brasileiro, além de informações sobre o perfil dos estabelecimentos e da produção agropecuária. As conclusões apontaram a importância das cooperativas agropecuárias no controle da produção das principais *commodities* produzidas no país e em determinadas cadeias produtivas. Porém, as cooperativas de crédito ainda possuem pouca margem de atuação junto as cadeias produtivas agroindustriais demonstrando potencial de crescimento em sinergia com os complexos agroindustriais.

Recebimento: 10/11/2017 • Aceite: 10/12/2017

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Professor do curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Toledo). Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) e do Grupo de Pesquisa Modelação, Ordenamento e Planejamento Territorial (MOPT). E-mail: lucir_a@hotmail.com, lucir.alves@unioeste.br

² Doutor em desenvolvimento regional (UQAC/Canada). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e de Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Bolsista e Pesquisador do CNPQ; Pesquisador da Fundação Araucária; Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional da UNIOESTE. Pesquisador associado do Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Territorial (CRDT/Canada). E-mail: jandirbr@yahoo.ca, jandir.lima@unioeste.br

Palavras-chave: Cooperativismo, Desenvolvimento econômico, Crédito, Sistema financeiro.

AGRICULTURALAND CREDIT COOPERATIVISM IN BRAZIL OF AGRIBUSINESS

Abstract

This paper analyzes the agricultural and credit cooperative profile in the Brazilian regions where agricultural production is the main business. We used the descriptive, critical and interpretive analysis, with statistical data crossing about spatial dispersion of agricultural and credit cooperatives in the Brazilian regional space, as well as information about the establishments and agricultural production profile. The conclusions pointed out the importance of agricultural cooperatives in controlling the production of the main commodities produced in Brazil and in certain productive chains. However, credit cooperatives still have little space for action along the agro industrial productive chains, demonstrating the potential for growth in synergy with agro industrial complexes.

Keywords: Cooperative, Economic development, Credit, Financial system.

Introdução

O avanço no desenvolvimento dos espaços regionais em direção à melhor qualidade de vida e a condições de emprego e renda voltaram à tona na segunda metade do século XX, frente aos impactos causados pela modernização da agropecuária e o fortalecimento da urbanização. No caso da modernização da agropecuária, a estrutura produtiva das áreas rurais se transformou e em algumas regiões migrou de atividades tradicionais, como a bovinocultura e a madeira, em favor de outras como a avicultura, suinocultura, soja, o milho, a cana de açúcar, etc. A migração de atividades, em especial no Centro-Oeste e Norte do Brasil, foram garantidos pelos investimentos em agroquímicos e equipamentos e implementos agrícolas, a maior produtividade da força de trabalho e das políticas setoriais de estímulo e acompanhamento das práticas agrícolas (VASCONCELOS e CASTRO, 1999). Além da modernização das áreas rurais, outro fato marcará o “novo rural”: a integração da produção agropecuária à transformação industrial. Essa integração fortaleceu a presença das agroindústrias ao longo do território, a especialização na transformação agroalimentar e no fortalecimento do cooperativismo de crédito, inicialmente voltado ao financiamento da produção e ao escoamento de safras. No caso do cooperativismo de crédito, a diversificação da sua atuação e a agregação de novos produtos e serviços ao seu portfólio marca a capitalização dessa prática no interior do Brasil e a maior disponibilidade de capital para investimento nas regiões.

Frente a essas mudanças no perfil da produção agropecuária, da integração com a agroindústria e a expansão do cooperativismo de crédito, as economias rural e regional se dinamizaram estimuladas pela modernização dos complexos agroalimentares, fomentando a formação de núcleos urbanos e consolidando economias de aglomeração (RAGGIO, 1994). Claro que esta tendência não ocorreu em todos os pontos do espaço nacional. Nas áreas mais urbanizadas ocorreram transformações industriais, desligando-se da base agroindustrial para concentrar-se em setores modernos, preocupado com a competitividade no contexto nacional e internacional, com demandas sobre os recursos de forma diferenciada daquelas exercidas pelas regiões mais agroindustriais.

Porém, apesar da desigualdade existente entre as regiões rurais e as regiões urbanas, as cooperativas agroindustriais e também de crédito ganharam uma importância ímpar, frente ao seu papel na modernização da agropecuária, na criação e estímulo à base industrial e na retenção de recursos financeiros para reinvestimento nas cadeias

produtivas. Da mesma forma, seu papel na transferência de “pacotes tecnológicos” aos produtores rurais, na disseminação das boas práticas de gestão agrícola e na inclusão bancária estimularam a melhoria da qualidade de vida em várias regiões. É certo que as benesses da integração com as cooperativas não beneficiam a todos, porém no seu conjunto tem trazido frutos importantes para o desenvolvimento regional em muitas regiões do Brasil. Por isso, as cooperativas têm sido um instrumento importante de desenvolvimento rural e regional, pois além de estimular a circulação da renda elas fortalecem o capital social e o associativismo junto aos pequenos produtores rurais.

No caso específico das cooperativas de crédito as mesmas estão sempre buscando novas oportunidades de investimento, com o objetivo de agregar valor aos produtos primários, fortalecer a base produtiva das regiões e estimular o crescimento da gama de bens e serviços disponíveis no interior do país. O aumento da renda do cooperado, que por sua vez, pode reinvestir na atividade produtiva garante desta forma a oferta de bens e serviços em níveis permanentes. É nesse contexto, que ocorre o desenvolvimento das regiões na qual a cooperativa está inserida (OCEPAR, 2017).

O sistema de crédito cooperativo mais e mais tem importância crucial no desenvolvimento econômico regional, tanto garantindo recursos para que os indivíduos antecipem ou ampliem seu consumo, quanto mobilizando recursos alocados em investimentos produtivos na produção, na infraestrutura ou na melhoria das condições de comercialização das empresas (PINHEIRO, 2008).

Frente ao exposto, esse artigo analisa o perfil do cooperativismo agropecuário e de crédito nas regiões brasileiras que são capitaneadas pela produção agropecuária, em especial daquelas que tem como base produtiva o setor primário e/ou a transformação agroindustrial, regiões essas aqui denominadas de “Brasil do Agronegócio”. Para atender a esse objetivo, a metodologia utilizada foi a análise descritiva, crítica e interpretativa, com o cruzamento de dados estatísticos coletados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, a respeito das cooperativas agropecuárias, de informações atuais sobre as cooperativas de crédito coletadas do Banco Central do Brasil, e de informações da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta as origens do cooperativismo e dados gerais sobre o cooperativismo no Brasil. A terceira seção discute a conjuntura do setor rural brasileiro e a presença das cooperativas agropecuárias na produção das principais *commodities*. A quarta parte

contempla uma discussão sobre a participação das cooperativas de crédito no financiamento das atividades agropecuárias nas economias regionais que compõem o “Brasil do Agronegócio”. Por fim, na última seção constam as considerações finais sumarizando os resultados e enfatizando o papel das cooperativas agropecuárias e de crédito no desenvolvimento regional e econômico do Brasil.

Notas Sobre a Evolução do Cooperativismo

O cooperativismo moderno surgiu junto com a Revolução Industrial, pois com o aumento da industrialização, o trabalho manual passou a ser substituído gradativamente pela maquinaria, aumentando a disponibilidade de força de trabalho. Nesse contexto, começaram a surgir reações contra o desemprego, defendendo formas alternativas para a produção, dentre elas a formação de cooperativas. A cooperativa nessa concepção seria um instrumento para a eliminação de intermediários entre o produtor e o consumidor, aumentando as margens de lucros dos produtores e diminuindo os preços finais para os consumidores. Assim, a cooperativa nascia com um fim social e contribuiria para a emancipação dos trabalhadores, que deixariam de servir a terceiros e passariam a produzir para si, tornando-se donos e controladores do resultado final de seu trabalho. Nessa perspectiva, a primeira cooperativa criada foi a de tecelões denominados de “Pioneiros de Rochdale” (Inglaterra) no século XIX. (PINHO, 1977).

Embora a experiência dos “Pioneiros de Rochdale”, tenha tido sucesso, outras experiências tiveram condições políticas e administrativas desfavoráveis. Assim, o movimento cooperativo só vai se consolidar depois do período da Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Atualmente, o cooperativismo está organizado em um sistema mundial, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede em Genebra (Suíça), reúne, representa e presta assistência às organizações cooperativas do mundo inteiro. A ACI congrega em torno de 800.000 cooperativas e 810 milhões de cooperados (SCHNEIDER, 1991).

Em 1995, a ACI definiu oficialmente o termo *cooperativa* como uma “*associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada*”. Seus princípios são a adesão voluntária e livre; a gestão democrática controlada pelos membros; a participação econômica dos sócios; a autonomia e independência,

educação, formação e informação; a intercooperação; e, o interesse da comunidade (OCEPAR, 2017).

Os princípios do cooperativismo se mostraram mais patentes no Brasil, pois o Brasil do Agronegócio teve que enfrentar situações adversas na sua realidade rural, tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades. Dentre as situações adversas, podem-se citar: o êxodo rural, a ausência de políticas agrícolas setoriais, a concorrência das *commodities* estrangeiras, o endividamento de parcelas significativas do campesinato, a necessidade de incorporar pacotes tecnológicos, se adaptarem e se modernizarem continuamente, dentre outros (KLEINKE et al., 1999). Ou seja, a realidade brasileira exigiu e exige cada vez mais das cooperativas a firmeza dos seus princípios e propósitos, o que demanda o fortalecimento da sua representação frente as instituições nacionais.

No Brasil, a representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sociedade civil, com sede em Brasília. A OCB foi definitivamente criada para atuar como representante legal do sistema cooperativista nacional e como órgão técnico consultivo ao governo, congregando as organizações estaduais constituídas com a mesma natureza. Representa todos os ramos do cooperativismo brasileiro, composto por mais de 7.518 cooperativas e mais de 13 milhões de cooperados, congregados em diferentes segmentos. O segmento mais importante do cooperativismo brasileiro, ainda é o do cooperativismo agropecuário de produção, que representava em torno de 23% do total das cooperativas do Brasil, em 2010. Essa atividade contribuiu e contribui muito para o crescimento econômico das regiões nas quais estão inseridas. As cooperativas agropecuárias prestam serviços de vários tipos aos seus associados: recebem a produção para armazenamento, padronização, industrialização e venda; fornecem implementos para uso profissional, gêneros de consumo e obtêm crédito junto aos bancos, para os associados (CORADINI e FREDERICO, 1982; OCB, 2017).

Atualmente, quando se analisa o número de associados, quem mais se destaca são as cooperativas de crédito com mais 7 milhões de cooperados, ou 56,51% do total e distribuídos em quase mil cooperativas pelo Brasil (ou 14,67% do total) (OCB, 2017). Mais detalhes podem ser observados pela Tabela 1.

Além das atividades inerentes ao seu ramo de atividade, a responsabilidade social das cooperativas é exercida por meio de ações voltadas ao aprimoramento cultural artístico de lazer, saúde e às questões assistenciais, bem como em novos projetos e tecnologias para melhorar os processos produtivos e agregar valor aos produtos e

serviços dos cooperados (OCB, 2017). Outro dado importante que é ressaltado na Tabela 1 é a diversidade de ramos das cooperativas, abrangendo diversas áreas tanto produtivas quanto comunitárias. Com exceção das cooperativas agropecuárias, o restante do movimento cooperativo no Brasil está diretamente ligado à prestação de serviços, o que fortalece a sua responsabilidade e inserção social.

Tabela 1: Cooperativas: ramo, quantidade, associados e empregados, Brasil - 2017

Ramo	Cooperativas		Associados		Empregados	
	Número	%	Número	%	Número	%
Agropecuário	1.555	23,37%	1.016.606	7,68%	188.777	50,10%
Transporte	1.205	18,11%	136.425	1,03%	11.209	2,97%
Crédito	976	14,67%	7.476.308	56,51%	50.268	13,34%
Trabalho	895	13,45%	193.773	1,46%	1.580	0,42%
Saúde	813	12,22%	225.191	1,70%	96.230	25,54%
Habitacional	293	4,40%	114.567	0,87%	886	0,24%
Educacional	279	4,19%	50.847	0,38%	3.966	1,05%
Produção	257	3,86%	12.494	0,09%	3.458	0,92%
Consumo	147	2,21%	2.990.020	22,60%	14.056	3,73%
Infraestrutura	125	1,88%	955.387	7,22%	6.154	1,63%
Mineral	79	1,19%	57.204	0,43%	187	0,05%
Turismo e lazer	23	0,35%	1.823	0,01%	15	0,00%
Especial	8	0,12%	315	0,00%	9	0,00%
Total	6.655	100,00%	13.230.960	100,00%	376.795	100,00%

Fonte: OCB, 2017.

No caso das cooperativas agropecuárias paranaenses, os dados da Tabela 2 demonstram que elas participam ativamente na produção e transformação das principais *commodities* produzidas do Brasil. No caso dos grãos, as cooperativas detêm o controle de 62,19% da produção de trigo, 44,19% da produção de cevada, 39,21% da produção de aveia, 29,40% da produção de soja e 16,68% da produção de milho. Na área de laticínios, as cooperativas possuem parcela significativa do controle da produção leiteira com 39,70% do total. Na pecuária, destacam-se também a produção de suínos com participação de 31,52%. Assim, percebe-se que grande parte do fluxo das principais *commodities* circula junto aos graneleiros e processadoras ligadas as

cooperativas, o que demonstra seu peso estratégico na segurança alimentar da população e nos negócios que envolvem a geração de proteína vegetal e animal.

Tabela 2: Participação das Cooperativas na Produção Agropecuária Brasileira – 2006

Produtos	Participação (%)
Trigo	62,19
Cevada	44,19
Leite	39,70
Aveia	39,21
Algodão	38,91
Suínos	31,52
Soja	29,40
Café	27,97
Alho	22,47
Uva	19,17
Milho	16,68
Arroz	11,36
Feijão	11,18

Fonte: OCB, 2017.

Pode parecer estranho à primeira vista o controle de parcela significativa da produção agropecuária e agroindustrial brasileira pelas cooperativas. No entanto, cabe lembrar dois aspectos da produção capitalista: O primeiro aspecto é o papel desempenhado pelas cooperativas e seu arcabouço histórico. O movimento cooperativo surgiu e evoluiu tendo como meta se opor aos monopólios privados e estrangeiros que dominavam e ainda dominam a produção agropecuária em algumas regiões. Além disso, a cooperativa representa o conjunto da comunidade unidade, fortalecendo seu capital social, em prol do controle daquilo que é produzido pela comunidade. Enquanto o interesse da cooperativa vai além das “sobras”, pois precisa repartir os ganhos e beneficiar as comunidades, o das empresas privadas o foco central é o lucro e o repatriamento deles e da base produtiva para onde conseguir os melhores ganhos e rendimentos.

O segundo é a tendência à concentração dos ativos produtivos, que em geral é capitaneado por empresas de capital privado e controle acionário restrito. Nesse sentido, as cooperativas seguem a tendência dos mercados e marcam posições ao longo da cadeia produtiva das principais *commodities* substituindo os monopólios privados, em geral estrangeiros. Sem contar a nacionalização dos complexos agroindustriais em favor dos produtores rurais e do capital local.

Ressalte-se que o complexo agroindustrial é formado pelos setores produtores de insumos e máquinas agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários, de distribuição, de comercialização e também atingindo a área de financiamentos para custeio da produção. O complexo industrial envolve também a transformação da matéria-prima em outros produtos derivados. Para viabilizar economicamente essa transformação faz necessário integrar as cadeias de produção, cada uma associada a um produto (SORJ, 1986; BATALHA, 1997). Isso explica a necessidade das cooperativas ampliarem sua participação ao longo da cadeia produtiva para agregar valor. O retorno para os produtores rurais seria muito baixo se as cooperativas apenas comercializassem e transferissem os grãos e fibras *in natura* para as processadoras. Por isso, a criação de plantas de processamento e a sua dispersão nas regiões não só fortalece o desenvolvimento regional, como garante o controle de uma cadeia produtiva que em outros países é feita exclusivamente por grupos estrangeiros. Sem contar que com a ação integrada das cooperativas de crédito, as “sobras” não são repatriadas aos grandes centros urbanos e são distribuídas aos produtores rurais melhorando o setor terciário dos municípios do interior.

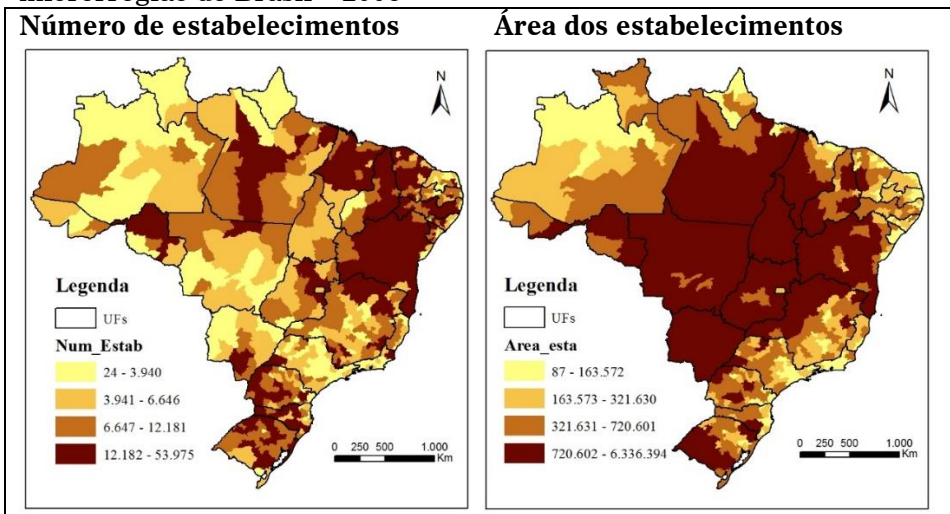
A Espacialidade do “Brasil do Agronegócio” e a Integração com as Cooperativas

Quando se analisa o cooperativismo agropecuário e de crédito, observam-se informações interessantes quando se utilizam os resultados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, essa seção apresentará esses resultados para os estabelecimentos agropecuários do Brasil. Nesse sentido, a Figura 1 mostra o número de estabelecimentos e a área total dos mesmos, por microrregião brasileira.

É possível verificar que as microrregiões que apresentavam os maiores números de estabelecimentos agropecuários estavam localizadas nas regiões Nordeste, com destaque para a Bahia e

Maranhão, e a Sul do Brasil. Quando se analisa a área dos estabelecimentos a distribuição espacial se altera, com as regiões Centro-Oeste, Norte (Pará e Rondônia), o oeste de Minas Gerais, e sul do Rio Grande do Sul, mostrando que nestas áreas o número de estabelecimentos é menor, mas com maior área média, além do oeste da Bahia que possui número significativo de estabelecimento com área também de tamanho expressivo. Ou seja, é possível perceber na Figura 1 em relação a área, que quanto mais próximos geograficamente do “Brasil mais urbano”, menor o número de estabelecimentos e as áreas. Por outro lado, uma porção espacial significativa do Brasil é altamente influenciada pelos ciclos agropecuários e as atividades rurais. Nesse sentido, o rural brasileiro move a economia de uma parcela significativa do território, o “Brasil do Agronegócio”. Esses espaços também se tornaram um terreno fértil para o cooperativismo agroindustrial e de crédito.

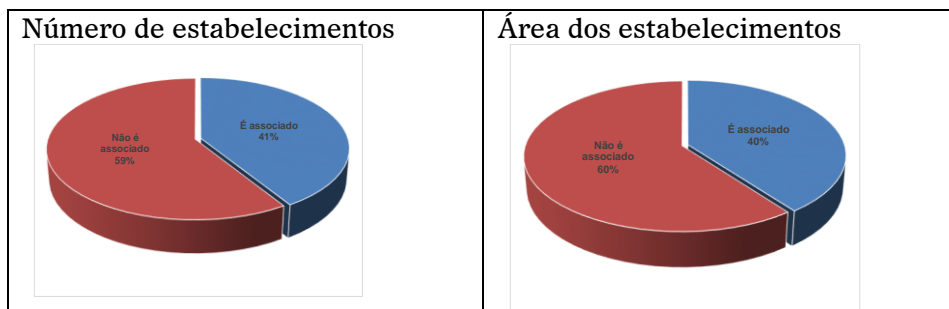
Figura 1: Número de estabelecimentos e área total (ha), por microrregião do Brasil – 2006



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

Nesse sentido, a Figura 2 mostra a proporção dos estabelecimentos e da área total mostrados pela Figura 1 que são associados em cooperativas ou a alguma entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc.).

Figura 2 – Cooperativismo e entidades de classe: número de estabelecimentos associados e área total (ha), Brasil – 2006

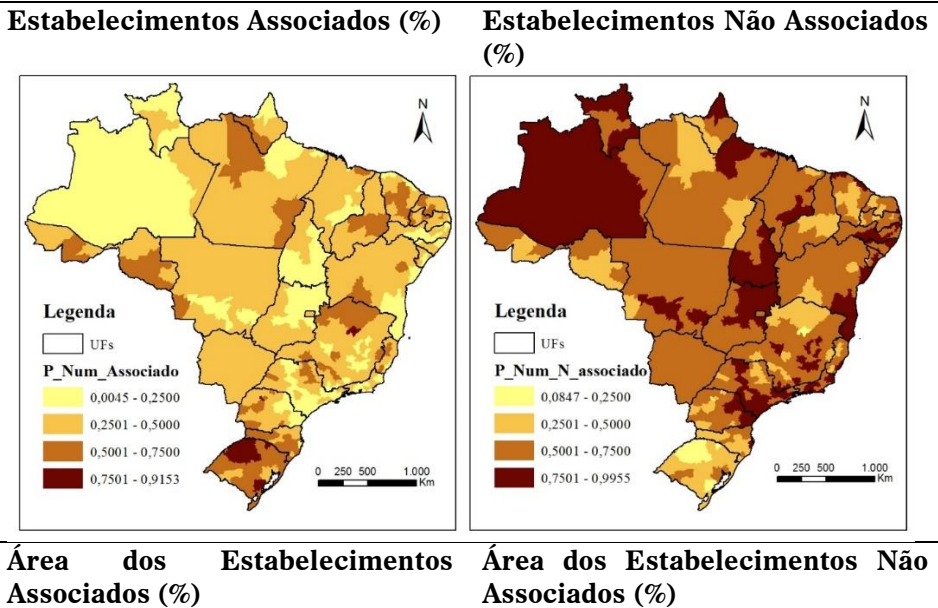


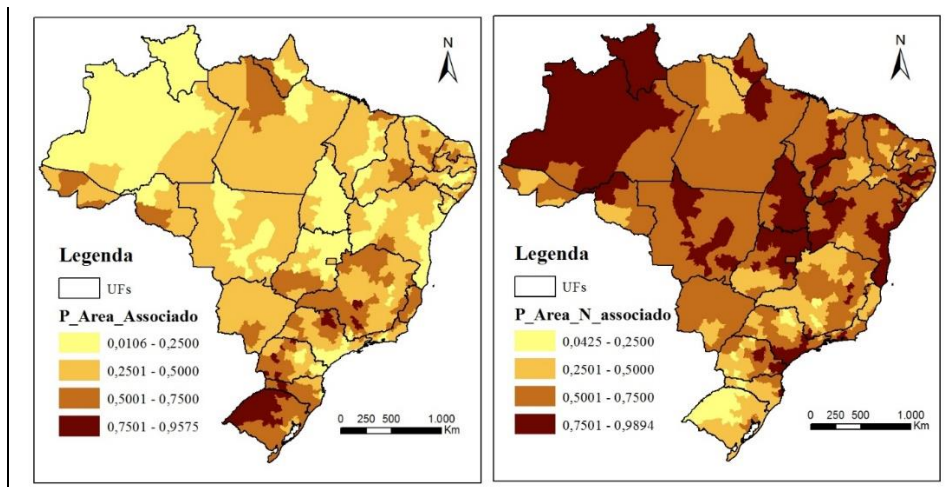
Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

Percebe-se pela Figura 2, que do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil somente 41% possuía algum tipo de associação à cooperativa ou a entidades de classe. Quando se analisa o total da área desses estabelecimentos essa proporção é muito semelhante, mas diminui para 40% da área total. Ou seja, há tendência de associação às cooperativas dos estabelecimentos com maiores áreas. Além disso, uma parcela significativa dos pequenos estabelecimentos também está integrada às agroindustriais privadas, o que será melhor detalhando mais adiante.

Mas onde estão localizados espacialmente no Brasil estes estabelecimentos e áreas com alguma associação? A Figura 3 responde esta indagação.

Figura 3: Cooperativismo: proporção do número de estabelecimentos e de área (ha) com associação ou sem associação, por microrregião do Brasil – 2006





Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

É possível perceber que 15 microrregiões apresentaram mais de 75% do total de estabelecimentos com algum tipo de associação cooperativa. São elas: Não-Me-Toque-RS (91,53%), Cerro Largo-RS (88,13%), Ijuí-RS (86,91%), Sananduva-RS (84,06%), Frederico Westphalen-RS (82,69%), Santo Ângelo-RS (82,47%), Carazinho-RS (82,11%), Três Passos-RS (81,83%), Floráí-PR (81,82%), Santa Rosa-RS (81,50%), Cruz Alta-RS (80,97%), Bocaiúva-MG (76,12%), Santiago-RS (75,58%), Pelotas-RS (75,56%) e Soledade-RS (75,27%). Porém, quando se analisa as microrregiões que possuem mais de 50% do total de estabelecimentos este número aumenta para 122, ou seja, das 558 microrregiões do Brasil 21,86% possuem mais de 50% de estabelecimentos com algum tipo de associação e somente 24,55% (ou 137 microrregiões) possuem menos de 25% do total de estabelecimentos com esta condição, sendo que o Centro-Oeste, Norte, e o Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) possuem a maior quantidade de microrregiões sem algum tipo de associação à cooperativas.

A análise da área dos estabelecimentos não traz mudanças significativas, enfatizando ainda mais o Sul do Brasil, o Norte central de São Paulo e o Sul de Minas Gerais. Isso leva a um paralelo importante: o Sudeste é mais urbanizado. O Nordeste Brasileiro está entre as regiões mais pobres do Brasil, com características diferenciadas de solo, assim como o tipo de vegetação do Norte do Brasil (Floresta amazônica) e a predominância da pecuária e agricultura extensiva do Centro-Oeste. Tradicionalmente, a bovinocultura de corte não cria laços e tendências à cooperação de produção como as atividades

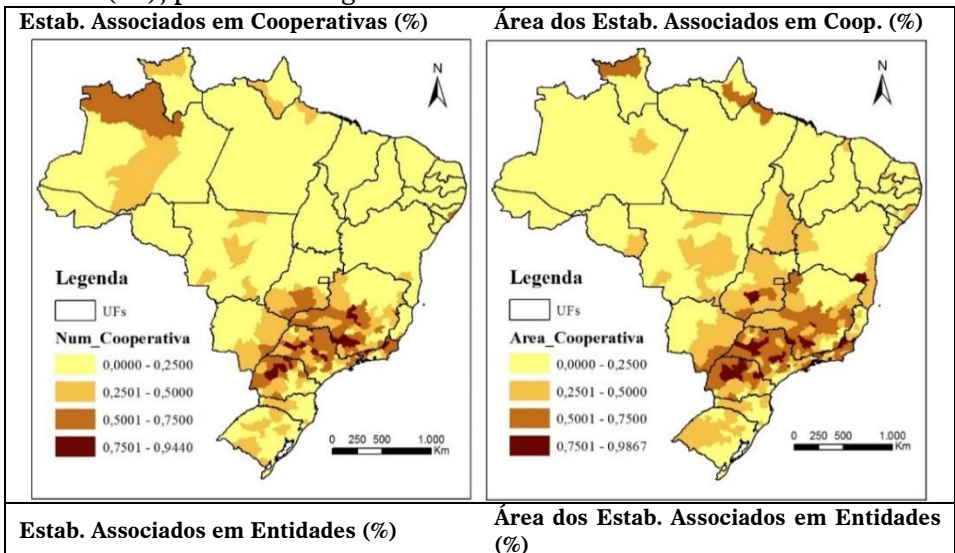
agrícolas e a pecuária de pequeno porte ou leiteira. Com isso, se nota que as características da produção local e as formas de ocupação do solo influenciam nas tendências à cooperação. Já no quesito cooperativismo de crédito, as regiões Norte e Nordeste se fortaleceram nos chamados bancos comunitários, como alternativa às carências de capital, enquanto no Sul predominou o cooperativismo de crédito.

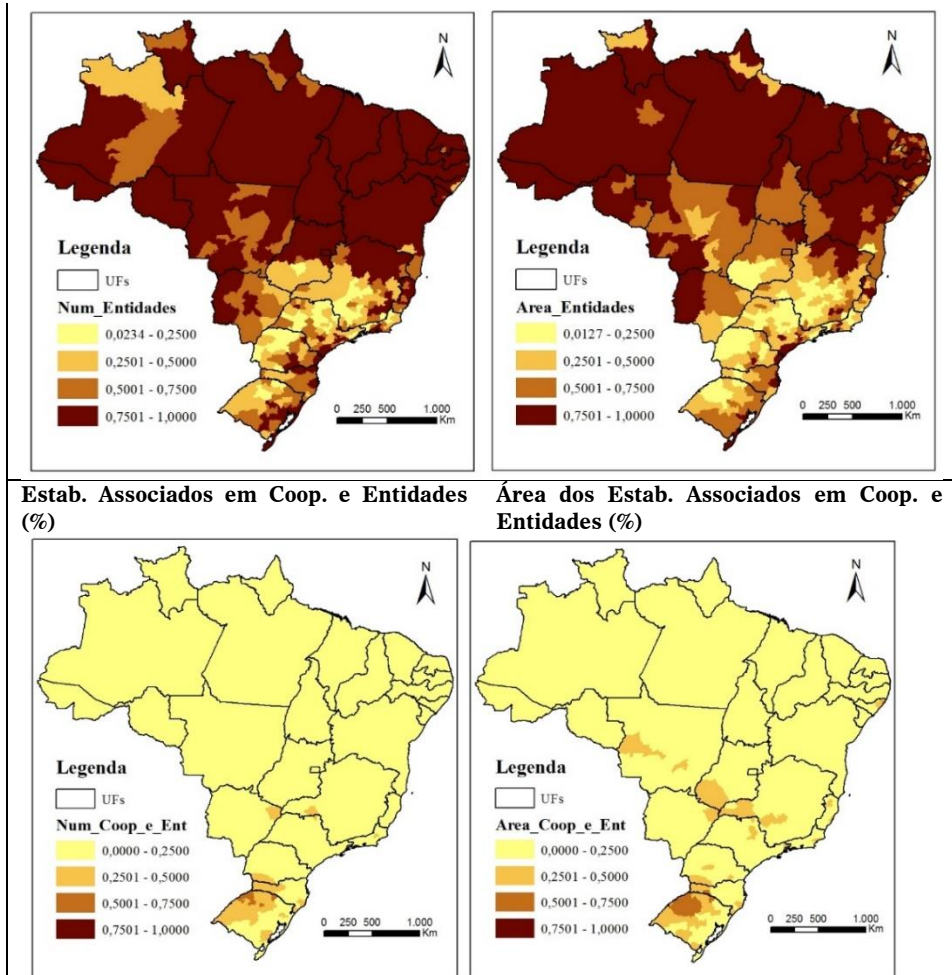
Já, pela Figura 4 é possível notar onde estão localizadas as microrregiões que possuem algum tipo de associação por tipo de associação, ou seja, em cooperativas e em entidades de classe. Segundo a Figura 4, as microrregiões nas quais haviam estabelecimentos associados somente a cooperativas se localizavam principalmente entre o corredor formado pelas microrregiões do centro-sul de Minas Gerais até o oeste do Paraná. Essas são as microrregiões nas quais mais de 50% dos estabelecimentos e da área estão associados a cooperativas agropecuárias.

Por outro lado, as microrregiões que possuíam os estabelecimentos associados somente a entidades de classe e não em cooperativas estavam localizadas nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil, o mesmo destaque se dá quando se analisa a área total desses estabelecimentos.

Um terceiro olhar foi realizado para as microrregiões que possuíam estabelecimentos associados a cooperativas e a entidades de classe. A proporção desses estabelecimentos no total dos estabelecimentos de cada microrregião foi, no geral, pequena. Entretanto, o Rio Grande do Sul apresentou o maior número de microrregiões que se destacava nesta categoria.

Figura 4: Brasil: Proporção de estabelecimentos por tipo de associação e área (ha), por microrregião – 2006

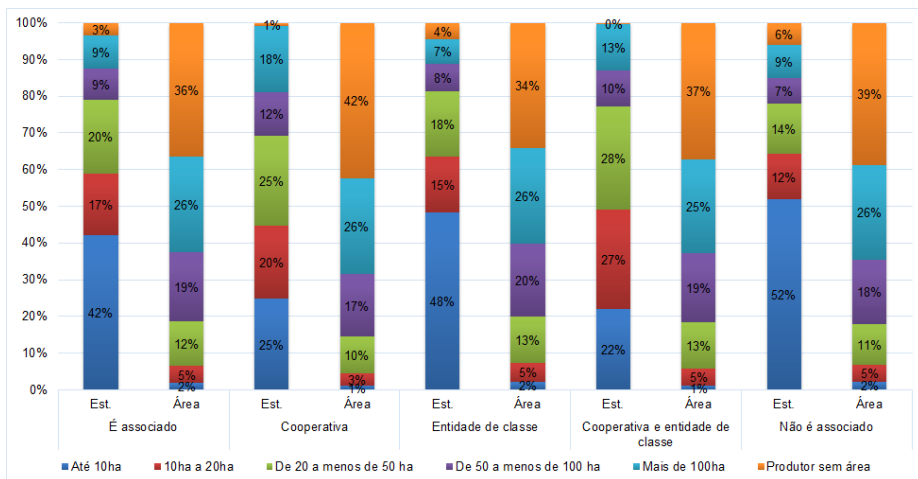




Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

Mas qual é o perfil desses estabelecimentos quando se analisa o tamanho dos mesmos, ou seja, a estrutura fundiária? A resposta a esse questionamento é apresentada pelo Gráfico 1.

Gráfico 1: Cooperativismo: estrutura fundiária dos estabelecimentos associados e não associados, por tipo de associação, Brasil – 2006



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

Quando se analisa a estrutura fundiária dos estabelecimentos, por tipo de associação, percebem-se diferenças interessantes. O primeiro olhar se deu para a estrutura dos estabelecimentos que possuem algum tipo de associação (“é associado”) dos que não possuem (“não associado”). Os dados demonstraram que há uma proporção mais equilibrada nos tamanhos dos estabelecimentos que são associados. Nesses estabelecimentos, 42% do total possuíam área de até 10 hectares, seguido de 17% com área entre 10 a 20 hectares. Já, os maiores estabelecimentos com mais de 100 hectares perfaziam apenas 9% do total de estabelecimentos. Por outro lado, quando se observa a área ocupada por esses estabelecimentos verificou-se que os estabelecimentos de até 20 hectares ocupavam somente 7% da área total, enquanto os maiores, com mais de 100 hectares, ocupavam 26% do total. Ou seja, em termos de quantidade de produtores, as cooperativas tem um peso significativo de pequenos produtores rurais, mas em termos área e escala de produção os grandes produtores tem um papel importante. De um lado, os pequenos produtores têm papel importante nas decisões das assembleias, e de outro, os grandes produtores tem papel importante no fluxo da produção. Isso demonstra equilíbrio na composição societária das cooperativas agropecuárias brasileiras.

Por outro lado, quando se analisa os estabelecimentos sem nenhuma associação percebeu-se que do total de estabelecimentos a proporção dos que possuíam até 10 hectares era superior, correspondendo a 52% do total e somente 2% da área, enquanto os maiores estabelecimentos com mais de 100 hectares perfaziam 9% do

total de estabelecimentos, mas 26% da área. Com isso, em termos de associativismo, as cooperativas brasileiras ainda têm margens de crescimento, da mesma forma que há espaço para a criação de novas cooperativas agropecuárias no interior do Brasil. Deve-se ressaltar também que uma parcela significativa dos pequenos produtores não associados que atuavam e atuam na avicultura ou suinocultura estão integrados nas empresas agroindustriais. O avanço das empresas agroindustriais na integração dos pequenos produtores retirou a margem de associativismo das cooperativas e sua margem de captação de grãos. Claro que isso não implica em ganhos de eficácia e eficiência, mas demonstra a disputa por matérias primas e a necessidade de territorialização das atividades de algumas empresas, criando reservas de insumos em algumas regiões do Brasil.

A análise para os diferentes tipos de associações mostrou que o grupo de pequenos estabelecimentos também são os mais representativos com mais de 45% do total de estabelecimentos de até 20 hectares, e quando se analisa a área total os estabelecimentos com mais de 100 hectares somavam mais de 25% do total nas três situações (associados somente a cooperativas; somente a entidades; ou em ambas).

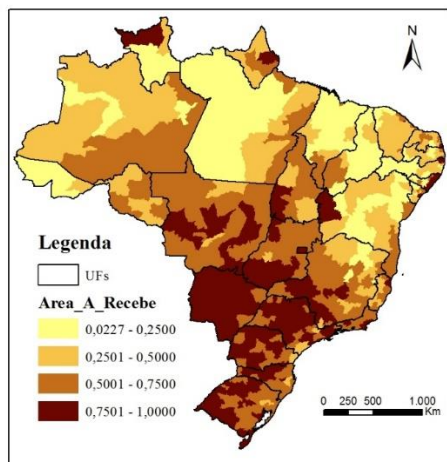
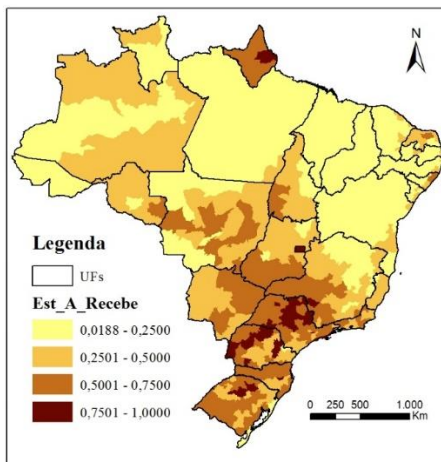
Mas que tipo de contribuição esses estabelecimentos que são associados a cooperativas recebem? A principal contribuição é a transmissão de orientação técnica por parte dessas empresas/entidades aos produtores rurais. Como já mencionado, as cooperativas agropecuárias possuem papel importante como a difusão de tecnologias e no estímulo de políticas desenvolvimentistas, como a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agroindustrialização (OCEPAR, 2017).

Neste sentido, a Figura 5 mostra a localização das microrregiões nas quais os estabelecimentos agropecuários mais receberam orientação técnica e aqueles que não receberam.

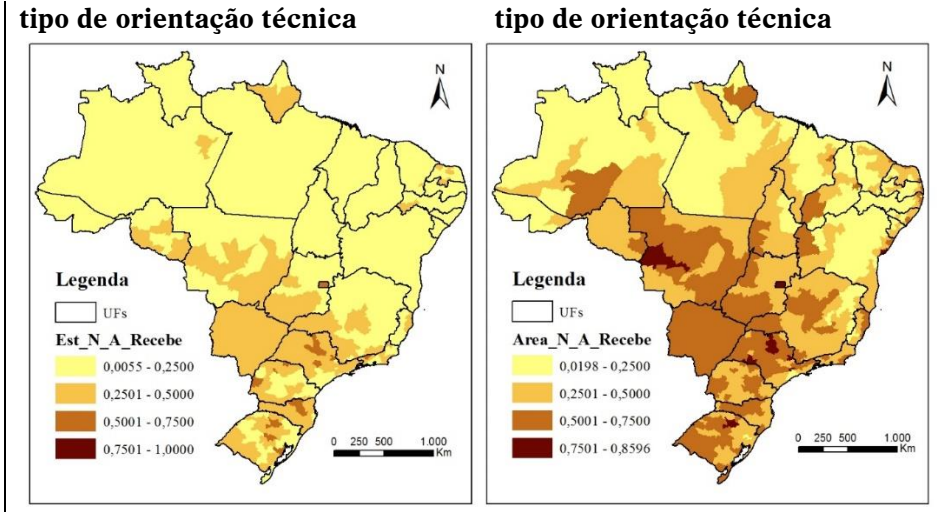
Na maioria das microrregiões mais de 50% dos estabelecimentos que possuíam algum tipo de associação recebeu orientação técnica de origem ou das cooperativas, entidades ou das indústrias na qual eles são integrados/associados. Porém, quando se observa a área ocupada por esses estabelecimentos verificou-se que a maioria das microrregiões possuíam mais de 75% da área ocupada por estabelecimentos que recebem orientação técnica. Esses dados demonstram que a tecnificação, a modernização das propriedades e a difusão dos pacotes tecnológicos ocorrem de maneira mais dispersa nas regiões de atuação das cooperativas.

Figura 5: Estabelecimentos agropecuários que recebem ou não orientação técnica, por microrregião do Brasil – 2006

% Estabelecimentos associados que recebem algum tipo de orientação técnica **% Área dos estabelecimentos associados que recebem algum tipo de orientação técnica**



% Estabelecimentos não associados que recebem algum **% Área dos estabelecimentos não associados que recebem algum**



Fonte: Resultados da Pesquisa do Censo Agropecuário 2006

Resultados interessantes também surgiram quando se analisou os estabelecimentos que não possuíam nenhum tipo de associação e que recebem orientação técnica. Nessa condição de estabelecimento percebeu-se que na maioria das microrregiões menos de 50% do total de estabelecimentos receberam orientação técnica. O mesmo aconteceu quando se analisa a área total dos mesmos. Ou seja, há uma maior transferência de conhecimento/tecnologia quando o estabelecimento é cooperativado, ou associado a entidades de classe, ou ainda integrado às agroindústrias.

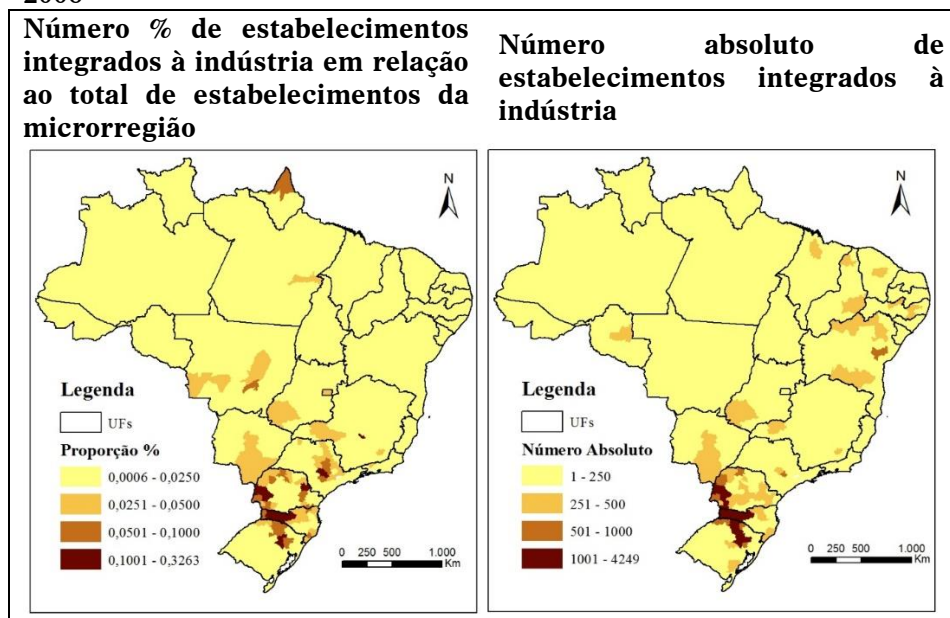
Outra contribuição do cooperativismo é a melhoria da qualidade de vida da população. Segundo estudos realizados pela OCB (2017) quando se analisam os indicadores de desenvolvimento humano municipal (IDHM) dos municípios brasileiros que possuíam cooperativas com aqueles municípios que não as possuíam percebeu-se que os municípios com a presença de cooperativas apresentavam valores médios do IDHM maiores em relação àqueles que não possuíam cooperativas. Isso é o reflexo da retenção de capital nas regiões e o aumento na geração de emprego e renda acarretados pela atuação das cooperativas agropecuárias ou agroindustriais.

Os resultados da pesquisa demonstraram que uma das contribuições mais importantes do cooperativismo agropecuário para o desenvolvimento regional brasileiro foi a modernização das propriedades rurais via integração, a transformação dos excedentes produtivos locais, a criação de empregos e o fortalecimento do capital social. No caso dos estabelecimentos que são integrados às indústrias,

nesses participam mais atividades das cadeias produtivas agroindustriais do Brasil. São estabelecimentos nos quais a produção é destinada para o setor industrial para posterior transformação. Nesse sentido, a Figura 6 mostra quais são as microrregiões do Brasil que possuem uma maior proporção de estabelecimentos agropecuários integrados à indústria.

Conforme mostra a Figura 06 as microrregiões de Concórdia-SC (32,63%), Joaçaba-SC (24,92%), Tatuí-SP (19,48%), Chapecó-SC (15,44%), Lajeado-Estrela-RS (14,63%), Guaporé-RS (14,22%), Botucatu-SP (13,25%), Pará de Minas-MG (11,92%), Xanxerê-SC (11,07%), Jaguariaíva-PR (10,90%), Toledo-PR (10,60%) e Cascavel-PR (10,43%) eram as microrregiões do Brasil que possuíam maior proporção dos estabelecimentos integrados à indústria em 2006. Nessas microrregiões mais de 10% do total de estabelecimentos estavam nessa condição.

Figura 6: Proporção e número absoluto de estabelecimentos agropecuários integrados às indústrias, por microrregião do Brasil – 2006



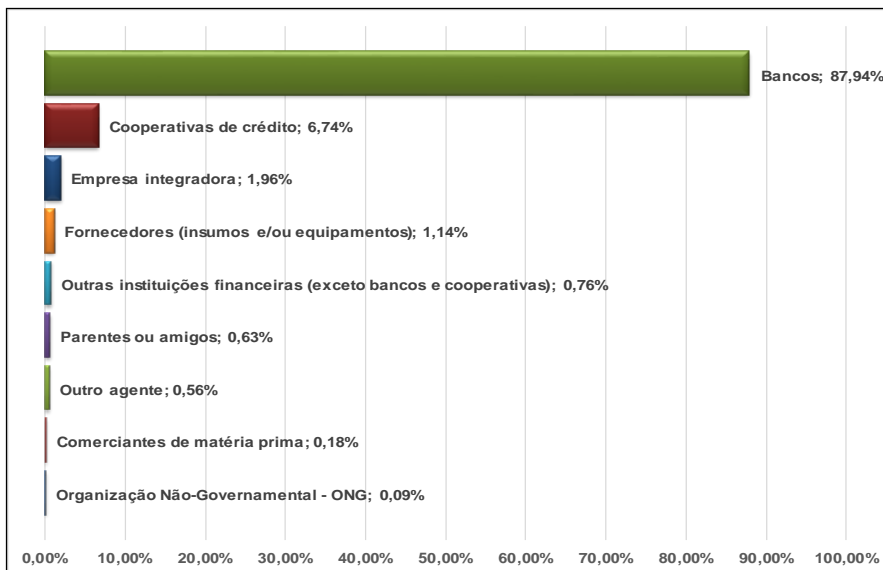
Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

Outras 22 microrregiões do Brasil possuíam entre 5% e 10% de estabelecimentos integrados, enquanto que na maioria das microrregiões brasileiras os estabelecimentos integrados perfaziam menos de 2,5% do total. Porém, cruzando os dados do tamanho dos estabelecimentos e do montante de produção que gira nas cooperativas agropecuárias, se notou que mesmo nas regiões com menos integrados, houve a influência direta das cooperativas na captação de excedentes. Como a agroindustrialização se ampliou muito no Brasil nos últimos vinte anos, a compra de insumos está sendo feita em estabelecimentos integrados e não integrados, cooperados ou não, fazendo com que as cooperativas se tornassem grandes compradores de matérias-primas. Nesse quesito, as cooperativas garantem a comercialização dos excedentes agropecuários gerados no “Brasil do Agronegócio”.

As cooperativas de crédito no Brasil

Quando se analisam o papel das cooperativas de crédito no “Brasil do Agronegócio”, esta participação ainda é reduzida. Segundo dados do Censo Demográfico de 2006, dos 5.175.636 de estabelecimentos existentes no país somente 919.116 realizaram algum tipo de empréstimo/financiamento, ou seja, 17,8% do total. Já, quando se analisam a fonte dos recursos o Gráfico 2 faz uma síntese.

Gráfico 2: Fonte dos recursos dos financiamentos/empréstimos realizados pelos estabelecimentos rurais que realizaram financiamentos, Brasil – 2006



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

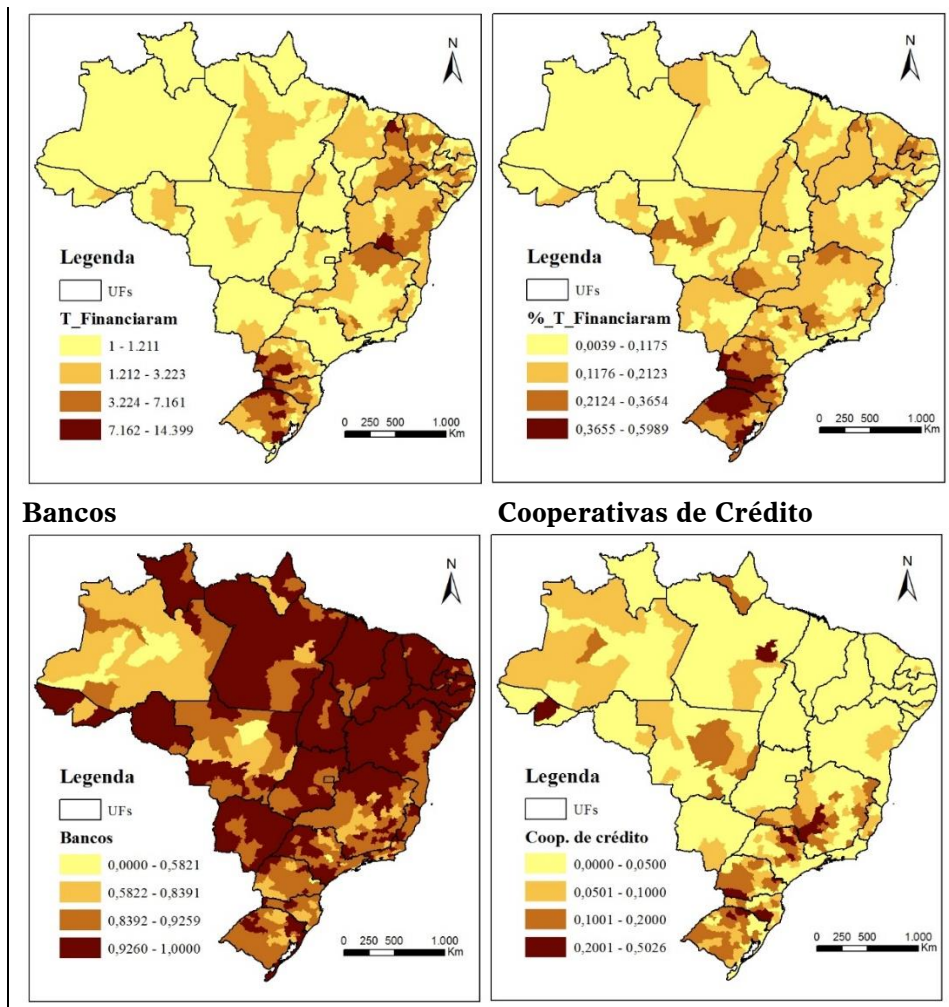
É possível perceber que os bancos eram a principal fonte dos recursos (financiamentos e empréstimos) dos estabelecimentos rurais brasileiros, correspondendo a 87,94% do total. Em segundo lugar, como principal fonte de recursos, estavam as cooperativas de crédito com 6,74%. Ou seja, somando bancos e cooperativas de crédito tem-se mais de 94,68% do total de recursos disponibilizados para este setor no Brasil. Nos 5,32% restantes destacaram-se os recursos oriundos das empresas integradoras (1,96%) e dos fornecedores de insumos e equipamentos (1,14%). As demais fontes representavam menos de 0,8% cada e somavam juntas 2,22%.

Percebe-se, assim, a existência de um grande espaço para as cooperativas de crédito atuarem no Brasil, mesmo no setor rural tradicionalmente atendido por cooperativas agrícolas e bancos comerciais, em especial o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia (no Norte e Centro-Oeste do Brasil).

Se for levado em consideração a informação do Gráfico 2 em relação a espacialização das regiões e as fontes dos recursos é possível verificar uma síntese na Figura 7.

Figura 7: Proporção e número absoluto de estabelecimentos agropecuários integrados às indústrias, por microrregião do Brasil – 2006

Número absoluto de estabelecimentos que realizam algum financiamento	de	Proporção em relação ao total de estabelecimento dos que realizam algum financiamento
---	-----------	--



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir do Censo Agropecuário 2006.

Quando se analisa o número de estabelecimentos rurais que realizavam financiamentos é possível verificar que o maior número se concentrava nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil. Da mesma forma, se for levado em consideração a proporção dos estabelecimentos que realizaram financiamentos com o total de estabelecimentos em cada microrregião é possível perceber que as maiores proporções se encontravam mais uma vez na Região Sul do Brasil. Por outro lado, verificando as fontes dos recursos têm-se três características principais: a primeira é que os bancos representavam, para a maioria das microrregiões brasileiras, mais de 83% das fontes dos recursos; a

segunda é que o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte do Brasil se destacavam mais neste quesito, com mais microrregiões nas quais esse tipo de fonte representava mais de 90% dos recursos; a terceira, é que as microrregiões que mais receberam recursos das cooperativas de crédito estavam localizadas, principalmente, no Sul e Sudeste do Brasil.

Esta informação enfatiza o fato de que as cooperativas de crédito não possuem como principais demandantes o setor rural. Como forma de auditar esta informação pode-se verificar a carteira de créditos destas cooperativas, ou seja, o volume de crédito disponibilizado a pessoas jurídicas, e encontrar estas e outras respostas, conforme detalhado na Tabela 3 com dados do Banco Central do Brasil (BCB).

Tabela 3: Total da Carteira de crédito ativa Pessoa Jurídica das cooperativas de crédito, por atividade econômica (CNAE) em R\$ mil, Brasil - março de 2017

Atividade Econômica (CNAE)	R\$ mil	%
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	10.791.027	37,39%
Outros	6.244.263	21,63%
Indústrias de Transformação	6.010.140	20,82%
Transporte, Armazenagem e Correio	2.163.567	7,50%
Construção	2.139.890	7,41%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	1.203.040	4,17%
Indústrias Extrativas	158.489	0,55%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	132.588	0,46%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	4.119	0,01%
Atividade não informada ou não se aplica	71	0,00%
TOTAL	28.862.756	100,00%

Fonte: BCB, 2017.

É interessante observar pela Tabela 3 que somente 4,17% dos recursos das cooperativas de crédito foram demandadas pelo setor da agropecuária no início de 2017, ficando na 6ª posição dos dez setores analisados. As primeiras colocações, representando no conjunto mais de 79%, estão os setores do comércio (37,39%), dos 'outros' (21,63%) e das indústrias de transformação (20,82%). Ou seja, isso demonstra a

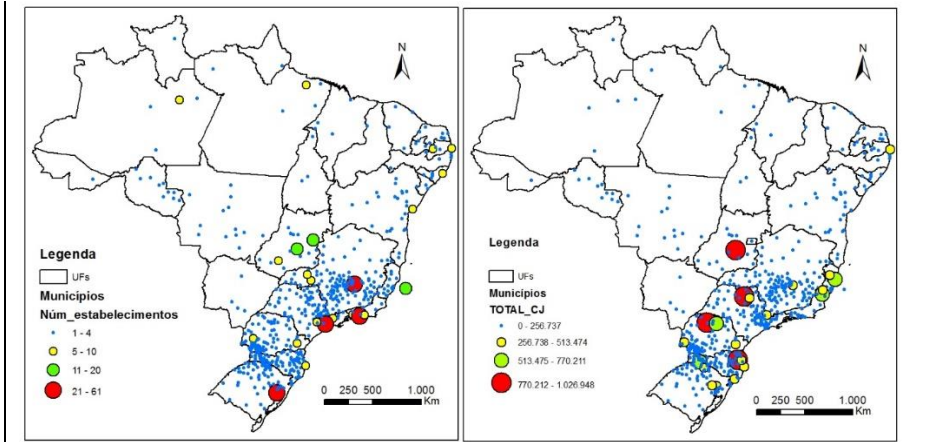
margem de fortalecimento da integração entre a estrutura de crédito cooperativo e a estrutura cooperativa de transformação agroindustrial.

A Figura 8 mostra a espacialidade da informação apresentada pela Tabela 3. A primeira informação que é possível constatar é que as 1.004 cooperativas singulares³ de crédito existentes no Brasil em 2017 estavam distribuídas em somente 544 municípios dos 5.572 existentes no Brasil, ou seja, somente 9,76%. Outras informações podem ser contatadas pela figura: a primeira é que estas cooperativas estão especialmente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, nas quais se localizam aqueles municípios com mais de 21 estabelecimentos cada, principalmente nas capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre). Entretanto, quando se observam os municípios que possuíam maiores valores das carteiras de crédito, é possível verificar que nenhuma destas capitais estavam nas primeiras colocações. Ou seja, Goiânia-GO, Blumenau-SC, Maringá-PR, Bebedouro-SP e Londrina-PR eram as que possuíam os maiores valores.

Figura 8: Número de estabelecimentos de cooperativas de crédito e valor Carteira de crédito, por município do Brasil – 2017

Estabelecimentos	Valor
------------------	-------

³ Cooperativas singulares são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos (OCB, 2017).



Fonte: Resultados da Pesquisa a partir de dados do BCB (2017).

Desta forma, verifica-se que apesar da espacialidade das cooperativas de crédito apresentarem uma localização significativa em grandes áreas urbanas, em especial as capitais e municípios de porte médio, os maiores valores das carteiras de crédito são ligados ao “Brasil do Agronegócio”

Considerações Finais

Esse artigo analisou o perfil do cooperativismo agropecuário e de crédito nas regiões brasileiras que são capitaneadas pela produção agropecuária.

Para atender a esse objetivo, a metodologia utilizada foi a análise descritiva, crítica e interpretativa, com o cruzamento de dados estatísticos coletados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito das cooperativas agropecuárias, de informações sobre as cooperativas de crédito coletadas do Banco Central do Brasil, e de informações da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Os dados do Censo Agropecuário demonstraram que as cooperativas tiveram e têm um papel importante no desenvolvimento econômico rural e urbano brasileiro. O seu papel foi imprescindível para transferir tecnologia de ponta, promover o conhecimento técnico, garantir a comercialização e escoamento das safras, transformar os excedentes produtivos das áreas rurais e gerar emprego e renda no interior do Brasil. Por isso, sua importância é mais do que estratégica, pois elas garantem a dinâmica econômica dos municípios que compõem o chamado Brasil do Agronegócio.

O fortalecimento das cooperativas agropecuárias durante o processo de modernização e consolidação do agronegócio alteraram os padrões de acumulação de capital nas economias regionais e integraram as propriedades rurais a transformação industrial. Isso foi comprovado pelos dados do Censo Agropecuário que apontaram alterações na base técnica da produção agropecuária primeiramente nos produtores integrados às agroindústrias ou associados às cooperativas e na sequência se dispersaram no espaço rural. Isso explica o avanço constante nas novas tecnologias e a manutenção da produtividade na agropecuária das áreas rurais integradas as agroindústrias e cooperativas, fortalecendo as cadeias produtivas regionais.

Essas mesmas cadeias produtivas abrem uma margem maior de participação do cooperativismo de crédito, cuja carteira de crédito ligada ao setor primário representa apenas 4,17% do total. A participação da indústria de transformação geral fica em 20,82%. Ou seja, nota-se a necessidade de o cooperativismo de crédito fortalecer sua participação e aliança estratégica com as cooperativas agroindustriais. Ainda mais que nas regiões do Brasil do Agronegócio, as carteiras de crédito são mais robustas. Dessa forma, o financiamento das cadeias produtivas pode ser em grande parte internalizadas nas regiões fortalecendo a acumulação de capital e a geração de novos negócios.

Além do fortalecimento da cadeia produtiva, o papel das cooperativas de crédito e agroindustriais no desenvolvimento econômico também está relacionado ao fortalecimento do capital social e do associativismo. A presença dos cooperados no controle das cooperativas demonstra a aprendizagem coletiva das comunidades na gestão do crescimento econômico e do desenvolvimento endógeno de suas regiões. O fortalecimento do capital social, ou seja, os valores e normas informais que permitem os indivíduos e comunidades cooperarem entre si tem sido um dos ganhos mais significativos para o avanço das regiões que compõem o “Brasil do Agronegócio”.

Por fim, cabe ressaltar a importância de políticas governamentais e de ações para a garantia a atuação mais flexível das cooperativas, da diversificação das linhas de crédito e custeio aos produtores rurais, melhorias na infraestrutura de escoamento de *commodities*, novos investimentos na capacitação e qualificação de produtores. Sem contar as parcerias que podem ser estabelecidas entre governos, universidades e cooperativas no melhoramento da gestão das cooperativas, no fortalecimento das comunidades e na diversificação das cadeias produtivas regionais.

Referências

- BATALHA, M. O. (Org.) **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados diversos**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>. Acesso em: maio, 2017.
- CORADINI, O. L.; FREDERICO, A. **A agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados avulsos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: junho, 2017.
- OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. **Dados diversos**. Disponível em <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: abril, 2017.
- OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Cooperativas agropecuárias**. Disponível em <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/>>. Acesso em: maio, 2017.
- PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6 ed. Brasília: BCB, 2008.
- PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.
- RAGGIO, N. Z. **Emprego**. Curitiba: IPARDES, p.50-62, 1994.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia – participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1991.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- VASCONCELOS, J. R. de; CASTRO, D. **Paraná: economia, finanças públicas e investimento nos anos 90**, (texto para discussão, 623). Brasília: IPEA, 1999.